3º CONGRESSO TUDO É CIÊNCIA: NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO
X ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO UNIFOA
ORGANIZAÇÃO: UniFOA

Transtornos de aprendizagem e educação inclusiva no ensino superior: o exemplo da dislexia

Franciane de Paula Silva Osorio [1]; 0009-0008-6484-7303
Daniele do Val Santa Bárbara: 0000-0002-1947-0905

1 – UniFoa, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
Fran.Osorio82@gmail.com

Resumo: O artigo aborda sobre a educação inclusiva no nível superior e foca no exemplo da dislexia, um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica que gera dificuldades cognitivas, neurológicas e comportamentais associadas ao processamento da linguagem escrita, para compreender como essas características afetam o desempenho acadêmico. O estudo revisa a literatura existente sobre dislexia, educação inclusiva e cidadania, de forma a contribuir com reflexões que imputem à educação de nível superior o compromisso com a organização de metodologias de ensino e estratégias de suporte aos alunos com transtorno de aprendizagem. No caso da dislexia, identificamos que ela afeta a capacidade de decodificar palavras, comprometendo a fluência e a compreensão de leitura, bem como a escrita coerente e organizada. Essas dificuldades persistem ao longo da vida e podem impactar significativamente o desempenho acadêmico, especialmente em tarefas complexas que exigem análise crítica e organização de informações. A dislexia não está relacionada à inteligência, mas às dificuldades específicas no processamento linguístico. Pessoas que tenham algum tipo de transtorno de aprendizagem, vivem um processo de aprendizado diferente, que pode ser mais lento e mais difícil e, justamente por isso, os coloca num lugar muito propenso para a vivência de preconceitos, discriminações e bullying que afetarão diretamente na forma como estabelecerão suas relações sociais. Dar a atenção devida aos transtornos de aprendizagem é, portanto, mais que viabilizar o acesso a uma escolarização, é possibilitar uma educação para a vida e o exercício da cidadania. Não é apenas buscar estratégias para sua permanência nos espaços acadêmicos, mas sim, contribuir para uma formação que permita ao sujeito uma participação efetiva nas suas relações familiares, de trabalho, de sociabilidade. As características comportamentais, como ansiedade e baixa autoestima, são comuns e podem ser exacerbadas se o transtorno não for identificado, respeitado e tratado precocemente. Com suporte adequado, que inclui tanto estratégias de ensino como apoio emocional, se pode promover a inclusão e o sucesso dos alunos disléxicos em todos os níveis de ensino, inclusive no superior.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Dislexia. Ensino Superior. Cidadania.

INTRODUÇÃO

Apesar de muito debatida nos níveis iniciais de educação, a dislexia tem um impacto significativo no desempenho acadêmico dos alunos no ensino superior. As dificuldades enfrentadas por esses alunos incluem problemas de leitura, escrita, compreensão textual e organização de informações, que podem prejudicar seu progresso acadêmico e emocional. Em relação à leitura, os alunos com dislexia podem enfrentar dificuldades na decodificação de palavras, resultando em uma velocidade de leitura mais lenta e maior propensão a erros (DA CRUZ et al., 2021). Eles podem ter dificuldade em estruturar suas ideias de forma lógica e em sintetizar informações de várias fontes, o que pode prejudicar seu desempenho em tarefas que exigem a organização e a síntese de dados, como relatórios de pesquisa e projetos acadêmicos. É importante que esses alunos recebam apoio adequado e estratégias de aprendizagem individualizadas para ajudá-los a superar essas dificuldades e alcançar seu pleno potencial acadêmico (LUZ; CRUZ, 2022).

Para atender às necessidades dos alunos disléxicos, uma série de estratégias de adaptação curricular pode ser implementada, visando proporcionar um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz. No que diz respeito aos métodos de ensino, é importante adotar abordagens diferenciadas que levem em consideração as necessidades individuais dos alunos disléxicos. Isso pode incluir o uso de técnicas multissensoriais de ensino, como a aprendizagem baseada em jogos, atividades práticas e visualizações, que ajudam a reforçar conceitos por meio de diferentes modalidades sensoriais (MACHADO et al., 2024). A diferenciação do conteúdo e a oferta de instruções claras e sequenciais também são fundamentais para garantir a compreensão e o engajamento dos alunos disléxicos (MACHADO et al., 2024).

Essas estratégias abrangem uma variedade de áreas, desde o uso de tecnologias assistivas até modificações no ambiente de aprendizagem e métodos de ensino diferenciados, além de fornecer suporte individualizado (PEREIRA; SILVA, 2023). Uma das estratégias mais eficazes é a utilização de tecnologias assistivas, como softwares de reconhecimento de voz, leitores de tela e programas de correção ortográfica. Essas ferramentas podem auxiliar os alunos disléxicos na leitura, escrita e organização de informações compensando suas dificuldades específicas e permitindo um maior acesso ao currículo (LIRA et al., 2020).

É essencial fornecer suporte individualizado aos alunos disléxicos, por meio de planos de ensino individualizados (PEIs), acompanhamento próximo por parte dos professores e equipe de apoio, e a disponibilidade de tutores ou terapeutas especializados em dislexia. Esse suporte individualizado pode incluir sessões de tutoria, estratégias de autoajuda e aconselhamento psicológico, visando desenvolver a autoconfiança e a autoestima dos alunos, além de ajudá-los a superar os desafios acadêmicos e emocionais associados à dislexia (PEREIRA; SILVA, 2023).

Estratégias educacionais específicas, adaptações curriculares e suporte emocional podem ajudar a minimizar as dificuldades associadas à dislexia e promover o sucesso acadêmico e pessoal, permitindo que pessoas com dislexia desenvolvam suas potencialidades.

Nesse contexto se inscreve a questão central desse artigo: as instituições de nível superior estão preparadas para receber, manter e formar alunos disléxicos?

Para alunos disléxicos, a sala de aula pode se tornar um lugar de ansiedade e estresse, especialmente quando eles percebem que suas habilidades não correspondem às expectativas normativas (LIRA et al., 2020). Tais sentimentos podem emergir em qualquer fase do aprendizado e escolarização e essa situação pode, infelizmente, tornar esses alunos alvos de bullying e discriminação por parte de seus colegas. As diferenças perceptíveis na forma como eles lidam com tarefas de leitura e escrita podem torná-los vulneráveis ao ridículo e à exclusão. Os colegas que não compreendem a dislexia podem interpretar erroneamente as dificuldades de aprendizagem como falta de inteligência ou preguiça, o que contribui para um ambiente negativo e hostil. Da mesma forma, a falta de compreensão por parte dos professores e colegas sobre a dislexia pode amplificar esse problema. Quando um aluno disléxico não recebe o apoio necessário para lidar com suas dificuldades de aprendizagem, isso pode afetar sua autoestima e seu bem-estar emocional. Sentimentos de isolamento e inadequação podem surgir, aumentando o risco de depressão e ansiedade (DOS SANTOS, 2020)

Além do bullying por parte dos colegas, os alunos disléxicos também podem enfrentar formas mais sutis de discriminação institucional. Podem ser deixados de lado em atividades de leitura em voz alta ou serem subestimados em relação às suas

capacidades intelectuais. Essas experiências podem ter um impacto significativo no desenvolvimento acadêmico e social desses alunos, criando barreiras adicionais para seu sucesso educacional.

Se considerarmos que no ensino acadêmico de nível superior você oferece ao aluno uma formação profissional que o permita participar do mundo do trabalho, cabe aqui uma reflexão sobre qual profissional queremos formar, pois é responsabilidade das instituições de ensino ofertarem condições de formação para este aluno.

MÉTODOS

Adotamos a revisão bibliográfica como método principal para a coleta de informações e debates sobre o tema, explorando diversas bases de dados que oferecem um amplo acervo de pesquisas e literatura relevante sobre educação inclusiva, e buscamos transversalizá-las com reflexões acerca da cidadania das pessoas com transtorno de aprendizagem. A escolha desse método deve-se à sua capacidade de fornecer uma visão abrangente e consolidada do conhecimento existente, permitindo o acesso a uma vasta gama de fontes acadêmicas, incluindo volumes, ensaios, teses e monografias, que são essenciais para uma compreensão aprofundada do tema em questão. A pesquisa incluiu a análise de documentos oficiais, estudos de caso e artigos científicos, que oferecem uma visão detalhada sobre as políticas e práticas de educação inclusiva, especialmente no ensino superior.

Como marco de análise temporal definimos o período que compreendeu a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação das demais leis e normativas a partir de então, considerando que nesse contexto o debate sobre educação inclusiva ganhou forma.

Abordamos também em nossa pesquisa a experiência do UniFoa com a educação inclusiva, identificando e refletindo sobre a organização desta IES para a oferta de uma educação para todas as pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A política de educação inclusiva no Brasil representa um marco significativo na educação sem discriminação em todos os níveis de ensino. Essa política é baseada em um conjunto de debates e normativas legais que refletem o avanço na

compreensão de que a qualidade do ensino deve ser acessível a todos. Para garantir isso, é necessário assegurar condições adequadas de acesso a todos os indivíduos, sem exceções (NOZU; BRUNO; CABRAL, 2018).

A educação inclusiva é crescente nas últimas décadas, influenciada por movimentos internacionais e nacionais em prol dos direitos das pessoas com deficiência. Um marco significativo nesse desenvolvimento foi a Declaração de Salamanca, adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO, que enfatizou a necessidade de escolas inclusivas com os alunos juntos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (FERRARI; SEKKEL, 2007).

O debate sobre inclusão na educação no Brasil remonta ao contexto de promulgação da Constituição Federal de 1988, cujos princípios são fundamentados na defesa dos direitos humanos e na dignidade da pessoa humana, e refletem um redirecionamento de uma política educacional fragmentada e direcionada a perfis e demandas específicos para uma política educacional universal. A Constituição estabeleceu o direito à educação para todos, sem discriminação, marcando um passo importante na promoção da igualdade de acesso ao ensino (DE CARVALHO; GALLO, 2020).

Várias leis e documentos poderiam ser destacados para mostrar os avanços da educação inclusiva, mas citamos aqui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, reforçou esse direito ao garantir atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Este avanço foi complementado no início dos anos 2000 pela Lei nº 10.098 de 2019, que estabeleceu normas específicas de acessibilidade para garantir o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços e serviços, incluindo os educacionais. Essas legislações representam marcos importantes no desenvolvimento de uma política de educação inclusiva no Brasil (TOMELIN et al., 2018). Outro marco legal importante é a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Estatuto da Pessoa com Deficiência. No Brasil, também tivemos em curso duas políticas de educação inclusiva. A primeira, aprovada em 2008 e intitulada Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; e outra aprovada em 2020,

intitulada Política Nacional de Educação Especial Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Em 2023 a política é revisitada e resgata os princípios da política de 2008, para garantir o direito à educação inclusiva e a permanência de estudantes com deficiência em escolas regulares, com o apoio necessário. Ressaltamos que a política aprovada em 2020 permitia a criação de escolas e classes separadas para alunos com deficiência, afastando-os do convívio com outros estudantes, o que foi compreendido como possibilidade de retrocesso.

Apesar do ensino superior não ser diretamente regulado pela Política de Educação Inclusiva, a concepção de inclusão que permeia essa política pode impactar significativamente a ampliação do acesso ao ensino universitário, especialmente em relação à necessidade de ambientes acessíveis e à promoção de uma cultura inclusiva. Conforme apontam Dias, Sanchez e Carvalho (2018), a prática inclusiva no ensino superior é uma novidade. Isso se deve ao aumento do acesso de alunos na educação básica e sua progressão para o ensino superior, resultando em um número maior de estudantes chegando às universidades. A presença do aluno em sala de aula não garante necessariamente sua participação plena no ambiente universitário e a absorção dos conteúdos oferecidos (DOS SANTOS; HOSTINS, 2015). Destarte, Universidades e faculdades devem garantir acessibilidade em suas instalações, disponibilizando recursos e serviços de apoio para estudantes com deficiência, alinhando-se aos princípios da legislação.

A formação contínua de professores e outros profissionais da educação é um aspecto fundamental da educação inclusiva, pois formar profissionais preparados para atuar em um ambiente inclusivo é essencial para assegurar que os princípios de acessibilidade e inclusão sejam efetivamente implementados em todos os níveis educacionais, incluindo o ensino superior (DE CARVALHO; GALLO, 2020).

No Brasil já tem algumas iniciativas de instituições de ensino que implementaram políticas de educação inclusiva, mas destacamos o UNIFOA (Centro Universitário de Volta Redonda) como um exemplo de instituição que tem implementado essa política. O UNIFOA desenvolveu um conjunto de ações voltadas para garantir que estudantes com deficiência tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e participação que os demais alunos. Essas ações incluem a adaptação de espaços físicos, a

disponibilização de tecnologias assistivas e a promoção de uma cultura institucional de respeito e valorização da diversidade (LOCKMANN; KLEIN, 2022).

A experiência do UniFoa evidencia um compromisso sólido com a educação inclusiva, refletido na estruturação de setores dedicados ao atendimento ao aluno, como: o Centro de Aprendizagem e Inovação Pedagógica (CAIP), que assegura que o currículo seja adaptado às capacidades e necessidades de cada aluno, colaborando estreitamente com docentes para o desenvolvimento de planos de ensino individualizados; o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), que atua diretamente no suporte acadêmico e psicológico dos estudantes, para promover a saúde mental dos alunos e facilitar sua integração plena no ambiente universitário; o Serviço de Saúde Integral, importante rede de apoio aos estudantes, que busca garantir que os alunos tenham acesso a cuidados que favoreçam seu bem-estar geral para o seu desempenho acadêmico e para a sua experiência universitária como um todo. Esses setores desempenham um papel vital na criação de um ambiente acadêmico que não apenas acolhe, mas também apoia ativamente a diversidade e a inclusão.

CONCLUSÕES

O UniFoa, por meio de seus diversos setores e serviços, exemplifica uma abordagem abrangente e integrada à inclusão no ensino superior. A instituição não apenas adapta seus espaços físicos e disponibiliza tecnologias assistivas, mas também desenvolve uma cultura institucional que valoriza a diversidade e o respeito às diferenças. Essa cultura é refletida nas políticas institucionais e na atuação dos diversos núcleos e centros que compõem o sistema de apoio ao aluno.

Esse cenário é extremamente favorável ao acolhimento e formação de alunos com dislexia, por exemplo, que requerem suporte para o seu desenvolvimento acadêmico e emocional, com intervenções educacionais personalizadas, que incluam o uso de tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas diferenciadas.

REFERÊNCIAS

DE CARVALHO, Alexandre Filordi; GALLO, Silvio D. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, v. 16, n. 1, 2020.

DOS SANTOS, Tatiana; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Política nacional para a inclusão no ensino superior: uma revisão da legislação. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 16, n. 3, p. 194-200, 2015.

FERRARI, Marian AL; SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, p. 636-647, 2007.

LIRA, Joselma Ferreira et al. Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-2024: desafios e perspectivas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2020.

LOCKMANN, Kamila; KLEIN, Rejane Ramos. Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. **Revista Educação Especial**, v. 35, p. 1-20, 2022.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Inclusão no ensino superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 105-113, 2018.

TOMELIN, Karina Nones et al. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Revista Psicopedagogia**, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018.